

Ainda sobre a teoria da história em Marx

André Guimarães Augusto e Marcelo Dias Carcanholo*

Resumo:

Há uma interpretação generalizada de que Marx e Engels mantiveram uma visão positivista do progresso (como uma sucessão mecânica das fases da história) que os levaram a posições eurocêntricas, e até mesmo racistas, para as regiões "menos desenvolvidas" do mundo. Mesmo que possa haver alguma verdade nessas acusações, que de tempos em tempos alguns marxistas e seus críticos reproduzem, este trabalho tem como objetivo defender a teoria da história de Marx. Pensamos que, já em *A Ideologia Alemã*, é possível ver uma teoria claramente não-linear da história que iria ser mais desenvolvida nas obras posteriores de Marx.

Palavras-chave: Marx; teoria da história; forças produtivas; relações de produção.

Still on the theory of history in Marx

Abstract:

There is a widespread interpretation that Marx and Engels maintained a positivist view of progress (like a mechanical succession of phases in history) that led them to Eurocentric, and even racist, positions towards the "least developed" regions of the world. Even though there may be some truth in these accusations, that from times to times some Marxists and its critics reproduces, this paper aims to defend Marx's theory of history. We think that one should note that already in *The German Ideology* it is possible to see a clearly non-linear theory of history that would be further developed in Marx's later works.

Keywords: Marx; theory of history; productive forces; production relations.

Não é incomum a crença de que a teoria da história de Marx é mais uma das perspectivas eurocêntricas presentes na teoria social. Isto levaria, inclusive, a tratar as sociedades periféricas, menos desenvolvidas, com o desdém típico de uma abordagem colonialista, segundo a qual a introdução do capitalismo nessas sociedades, de forma extensiva e intensiva, seria algo civilizatório, ao promover o desenvolvimento das forças produtivas.

* Doutores em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professores Associados do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, Brasil. Membros do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo, NIEP-UFF.

End. Eletrônicos: andre@economia.uff.br e mdcarc@uol.com.br

Para quem conhece, verdadeiramente, a teoria social crítica de Marx, esta ideia não poderia ser mais errônea. Entretanto, e é assim que seus detratores operam, é possível extrair da obra de Marx e Engels alguns trechos que corroborariam uma concepção eurocêntrica.

Kohan (1998) faz uma boa apresentação dessa questão e propõe uma forma de interpretação dessa aparente dubiedade no pensamento dos autores. Para ele, existiriam dois “paradigmas” bem identificados na obra desses autores para a consideração das sociedades mais atrasadas dentro do capitalismo mundial.

O primeiro seria o “paradigma do *Manifesto*”. Segundo Kohan, até o final da década de 1840, Marx associaria o desenvolvimento do capitalismo com progresso, no sentido de que sua expansão nas sociedades periféricas destruiria os laços sociais pré-modernos e pré-capitalistas, justamente pelo desenvolvimento das forças produtivas. O *Manifesto do Partido Comunista* (1848) seria a melhor representação desse paradigma.

Nessa obra, os autores fariam algumas afirmações claras que os aproximariam, de fato, de uma concepção de “filosofia universal da história”, como se esta fosse uma trajetória quase que inexorável da barbárie rumo à civilização. Esta concepção não se restringiria ao *Manifesto*, mas seria característica de todo esse período.

Na década de 1850, Marx teria passado por uma espécie de fase de transição, ao se deparar com as consequências do imperialismo, como no caso do colonialismo inglês na Índia, e ao elaborar o conceito de modo de produção asiático (junho de 1853). A condenação que ele faria, no entanto, se resumiria a aspectos puramente morais, de denuncia dos escândalos e selvageria na forma como o capitalismo central dominava as sociedades mais atrasadas. Ainda assim, segundo Kohan (1998), por mais dura que fosse essa forma, ela seria tragicamente inevitável, seria o “instrumento inconsciente da História”. Marx expressaria aqui, ainda, uma concepção teleológica-determinista da história, com uma roupagem claramente hegeliana. O colonialismo das economias centrais seria o “instrumento inconsciente” da razão finalística (Ideia Absoluta) da “História”.

No final da década de 1850, entretanto, esse paradigma do Manifesto sofreria uma ruptura radical. Para Kohan, a partir do final dos anos 1850 e, principalmente, nos anos 1860 e 1870 Marx teria mudado para esse novo paradigma que, a partir da noção dialética do mercado mundial capitalista, entendia os problemas/contradições específicos na relação das economias avançadas com as periféricas.

O que se propõe aqui é analisar a teoria da história em Marx para destacar que, com base nela, seria incongruente qualquer tipo de visão eurocêntrica, como se a introdução do capitalismo fosse algo puramente civilizatório, levando as sociedades mais atrasadas rumo ao “progresso”. Além disso, queremos acrescentar

que a teoria da história em Marx, com suas características contrárias à forma eurocêntrica-teleológica-“civilizatória”-“progressista”, como ela é caracterizada por seus detratores (e muitos de seus supostos defensores!), já estaria presente e clara ao menos desde 1846/1847, quando do ensaio de redação de *A Ideologia Alemã*¹.

O curioso é justamente que, embora a teoria da história em Marx já estivesse clara nesse momento, como é possível que afirmações próprias do que Kohan chama de paradigma do Manifesto, claramente contrárias a essa teoria, pudessem estar presentes em seus escritos posteriores? A resposta para essa pergunta requer posteriores argumentações. Por ora nos limitamos a, em primeiro lugar, desmistificar as falsas ideias que se faz a respeito dessa teoria da história em Marx. Em segundo lugar, procuramos deixar claro de que se trata essa teoria.

Elementos desmistificadores: para uma compreensão da teoria da história em Marx

Antes de tudo, é preciso desmistificar a teoria social de Marx, o que já nos permitiria rechaçar várias das falsas acusações que sua teoria da história termina recebendo.

Bradariam algumas delas: Marx é economicista! Nada mais absurdo. O subtítulo de sua obra mais conhecida (*O Capital*) é “crítica da economia política”, e isto tem um triplo significado.

Em primeiro lugar, significa a crítica da sociedade capitalista, onde as relações sociais são intermediadas por relações econômicas de troca de mercadorias, sob a lei do valor. Isto implica, portanto, que as relações sociais mercantis-capitalistas não são relações diretamente pessoais. Além do mais, isto faz com que a teoria do valor em Marx não se restrinja a uma mera determinação quantitativa dos preços, mas, de maneira muito mais profunda, significa uma teoria da sociabilidade capitalista, onde as relações sociais estão reificadas pela sua submissão ao destino das mercadorias na circulação, conforme os desideratos do valor-capital.

Em segundo lugar, “crítica da economia política” significa uma crítica da teoria econômica. Justamente o que Marx faz, quando começa a tratar de assuntos mais econômicos, é fazer uma crítica radical das teorias econômicas burguesas

¹ O próprio Kohan (1998: 240) reconhece isso quando afirma: “...un punto de inflexión donde se ve nuevamente obligado a criticar explícitamente la filosofía universal de la historia como disciplina autónoma e ‘independiente’” (en 1877, en su “Carta a la redacción de Anales de la patria” y luego en su intercambio epistolar con Vera Zasulich en 1881, véase apéndice III), de manera harto similar a como lo había hecho tres décadas antes, en *La ideología alemana*”.

que procuravam (e continuam procurando!) explicar ou, nos piores casos, mistificar a realidade capitalista. E, esta crítica teórica, só era possível exatamente porque era pressuposta a crítica da realidade (capitalista) que permitia este tipo de apreensões teóricas de si mesma. Era uma crítica materialista, e não idealista-especulativa, característica dos neohegelianos, contra quem *A Sagrada Família* e *a Ideologia Alemã* se contrapõem explicitamente.

Em terceiro lugar, a “crítica da economia política” também pode ser entendida como uma crítica do tratamento “economicista” (como método) da economia (como objeto de estudo). Ou seja, já estava presente em Marx uma contraposição ao tratamento meramente “econômico” dos fatos sociais, como se estes pudessem ser separados e, a partir daí, subdivididos em sub-disciplinas científicas, a Economia, a Sociologia, a Filosofia, a História, etc. Essa herança positivista, que amaldiçoa a teoria social até hoje, já era alvo da crítica radical de Marx. Os aspectos econômicos, sociais, políticos, ideológicos, históricos etc., por mais que possam ser analisados abstraindo outras determinações, não podem ser reduzidos em si mesmos, pois são dimensões inseparáveis do ser social que, em sua totalidade, apresenta legalidades imperceptíveis se não a partir da própria totalidade.

Para a concepção de Marx, e ainda mais porque o capital é uma relação social, sua legalidade não pode se reduzir ao econômico! Mesmo em sua obra considerada mais “econômica”, *O Capital*, ele não poderia ser economicista. Só entende assim quem lê valor como se fosse meramente preço (relativo), capital como se fosse apenas uma soma expandida de dinheiro e/ou uma cristalização/coisificada em máquinas e equipamentos, o que está muito longe da teoria de Marx sobre o capitalismo.

Mas Marx é um autor restrito ao século XIX, retrucariam alguns! Também se trata de um absurdo, embora tenha algo de verdade². De fato, é um autor que escreve no século XIX e, por isso, está inserido dentro desse contexto histórico, com todas as limitações e possibilidades de entender a realidade social em que vive. Por outro lado, este autor se propõe estudar a sociedade capitalista que, ainda que com distintas manifestações históricas e conjunturais, continua sendo a sociedade em que vivemos. Como continuamos vivendo no capitalismo, sua teoria sobre este ainda é atual, por mais que as formas de manifestação do conteúdo-capital não sejam as mesmas. O que ele se propõe, em sua obra, é descobrir essas leis gerais de funcionamento do capital(ismo).

² Aliás, toda e qualquer mistificação, digna de ser levada mais ou menos a sério, só é mistificadora porque tem um fundo de verdade. Normalmente, esse fundo de verdade é a afirmação exagerada, exasperada, hipostasiada (mistificada, portanto), de um aspecto da realidade, via de regra, de sua aparência.

Este ponto nos permite esclarecer algo relevante no debate do assunto. A historicidade do ser social, característica intrínseca deste último, não pode ser confundida com a historicidade dentro de um determinado tipo de sociabilidade. Ou seja, para ficar restrito apenas ao capitalismo, considerar o caráter histórico deste último significa justamente perceber, pela teoria da história em Marx, que os distintos modos de produção são formados, histórica e socialmente, desenvolvidos (no sentido da processualidade de suas determinações sociais e históricas) e transformados em outros. Assim, o capitalismo teve um processo sócio-histórico de formação, possui uma legalidade dentro de sua trajetória histórica e, também, um limite (histórico) em seu desenvolvimento.

Essa historicidade *do* capitalismo não pode ser confundida (reduzida) com (a) historicidade *no* capitalismo. Esta última significa que, embora as leis gerais do modo de produção capitalista estejam presentes em qualquer momento histórico do capitalismo, suas manifestações conjunturais também apresentam especificidades históricas. Os determinantes da acumulação de capital possuirão características próprias em cada momento específico do capitalismo, fazendo com que este se manifeste/apresente de formas distintas, conforme a época histórica³. Mas enquanto estivermos no capitalismo, as leis gerais da sociabilidade continuarão sendo as capitalistas, por maior que seja a especificidade histórica de suas manifestações concretas!

Mas estas tais leis gerais de funcionamento, tanto na historicidade *do* como na historicidade *no* capitalismo, são tratadas de forma determinística/teleológica em Marx! Mais um desconhecimento sobre este autor. As leis gerais de funcionamento do capital são leis de tendência, o que significa que não são leis que emanem do empírico (ou que sejam verificadas empiricamente a qualquer momento), não são inexoráveis (com manifestação concreta que prescinde de contratendências), não possuem um fim predeterminado na própria lei, ou seja, não são determinísticas (teleológicas), o que invalida o determinismo economicista, por exemplo, muito comum em algumas interpretações reducionistas de Marx.

As leis de tendência, portanto, definem um conjunto de possibilidades para o processo social, mas para onde, de fato, esse processo irá se desenvolver constitui uma questão em aberto. A história é aberta, e o rumo efetivo depende das atitudes sociais do ser humano.

O último bastião da interpretação reducionista de Marx é a contaminação hegeliana de seu pensamento, para ser mais específico, a hermenêutica que a

³ Isto faz com que alguns mais apressados e deslumbrados com a “novidade” histórica não tardem em afirmar que a “novidade” é tão grande que já nem se trataria de capitalismo, em alguns momentos!

lógica dialética introduziria em uma teoria que poderia ser apresentada de forma mais simples, quase que por meio de um “manual” (sic). Segundo alguns, Marx trataria essas questões todas de forma contraditória!

Não se pode confundir um discurso (teórico) contraditório com uma teoria que procure interpretar uma realidade social que é contraditória. Marx não construiu uma teoria social que se contradiz, mas foi obrigado a usar uma lógica que parte das contradições (a dialética) porque seu objeto de estudo assim o exigiu. É porque o capitalismo está constituído por contradições sociais que Marx buscou entender suas leis gerais de funcionamento com base na dialética. Nesse sentido, a dialética não é um método, que se pode eleger em prejuízo de outro; não é uma “escolha metodológica” do autor⁴. É uma obrigação ontológica.

Este é, aliás, o caráter materialista de sua teoria da história, ao contrário do idealismo presente em Hegel, de quem ele apreende a lógica dialética. É o respeito ao caráter dialético da realidade que obriga uma apreensão teórica sobre a mesma a tratá-la dialeticamente. Em Hegel, constrói-se um sistema conceitual, a partir da lógica dialética, e, a partir dessa ideia/razão, é que o concreto se apresentaria como a manifestação concreta desse sistema conceitual abstrato. As abstrações, portanto, seriam puramente ideais. Ao contrário, em Marx, as abstrações (no pensamento) não podem ser puramente ideais, a partir do próprio pensamento (puramente lógicas), mas obrigatoriamente devem ser reais.

A má compreensão da relação abstrato-concreto também merece um esclarecimento. O entendimento rasteiro do que seja abstrato costuma relacioná-lo com aquilo que é mais profundo, complexo, em relação ao fenômeno, enquanto o concreto seria aquilo mais diretamente observável, simples. Na verdade, é exatamente o contrário. O abstrato só é abstrato por serem abstraídas determinações concretas de algum fenômeno e, portanto, nesse sentido, ele seria mais simples, dado que possuiria menos determinações (concretas). O concreto, em consequência, seria o aspecto do fenômeno com todas as suas determinações (concretas), sendo, portanto, mais complexo. O específico em Marx, o que o diferencia de uma filosofia idealista-especulativa, é que as abstrações dos determinantes concretos dos fenômenos só são possíveis no plano das ideias em razão de que elas são produtos da própria realidade social, nesse sentido, abstrações “concretas”.

⁴ Talvez seja por isso que Marx resolveu abandonar seu projeto inicial de abrir sua obra sobre a crítica da economia política com um item sobre o método da economia política. O famoso escrito sobre isto de agosto/setembro de 1857, reunido dentro dos Grundrisse, já não aparece na primeira obra realmente publicada (Contribuição à Crítica da Economia Política, de 1859) por Marx a partir de suas anotações.

Feitas algumas das desmistificações da teoria (social) da história em Marx, podemos nos dirigir diretamente a ela. Visto o que ela não é, podemos nos voltar para o que ela realmente é, sem maiores deturpações.

A teoria da história em Marx

Nessa seção procuramos demonstrar que a teoria da história de Marx não comporta o determinismo, o economicismo, a teleologia e o desenvolvimento linear. Defendemos que, embora tal teoria da história tenha se desenvolvido ao longo da obra de Marx, ela já estava presente desde seus trabalhos iniciais, sendo *A Ideologia Alemã* o ponto de partida dessa teoria da história. De início apresentamos as categorias forças produtivas e relações de produção e seu modo de relação. Em seguida é tratada a tese do desenvolvimento linear das forças produtivas.

Para compreender as forças produtivas é preciso partir do primeiro pressuposto da história, a reprodução material dos homens (Marx & Engels, 2007:33 e 87). Os homens são seres dotados de necessidades e para satisfazer essas necessidades interagem com a natureza através do trabalho. Por meio do trabalho o homem transforma a natureza de acordo com um fim, de forma a adaptar os objetos espontaneamente dados por ela às suas necessidades (Marx, 2013, cap.5).

No processo de trabalho o homem “(...) põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade” (Marx, 2013: 255) para transformar a natureza, agindo sobre as relações causais desta. Para além disso, “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 2013: 255). Isso nos permite uma primeira aproximação do conceito de forças produtivas: as potencialidades que permitem ao homem transformar a natureza.

Nesse sentido, forças produtivas não são um dado natural exógeno à ação humana e que apenas permitem produzir de forma mais eficiente. Ao contrário, forças produtivas são objetivações das capacidades humanas que se apresentem das mais diferentes formas ao longo da história – desde os mais variados meios de produção até as formas de organização da produção e os conhecimentos e habilidades dos produtores.

Como objetivações de capacidades humanas as forças produtivas são uma categoria social e não um dado da natureza. Marx se refere de forma clara e recorrente as forças produtivas *sociais* (Marx, 2008: 329, 1154, 1157). Quando da determinação da produtividade do trabalho, (Marx, 2008, livro III: 339-340, 1015) distingue claramente suas condições naturais e as sociais. Assim, entre as potencialidades de transformação da natureza, ou seja as forças produtivas, estão aquelas caracterizadas por Marx como sociais, as aplicações da ciência e a cooperação.

A definição de forças produtivas nos permite desfazer dois equívocos comuns na interpretação determinista do materialismo histórico: sua redução a conteúdo material como distinto e separado da forma social e sua redução aos meios de produção.

Em parte, tal equívoco pode ter sua origem na forma de apresentação do processo de produção em *O Capital*. No capítulo V do livro, Marx afirma que aí se refere ao “(...) processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada” (Marx, 2013: 255). A nosso ver trata-se apenas do método de apresentação, pois aí são omitidas, por que desnecessárias, as relações entre os trabalhadores, mas isso não significa que essas não existam, mas estão sempre pressupostas – pois o processo de trabalho é desde o início social. A impressão equivocada causada pelo método de apresentação de *O Capital* pode ser desfeita se lembramos que, já em *A Ideologia Alemã*, Marx assinala que “mostra-se desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma ‘história’(...)” (Marx & Engels, 2007: 34)

A apresentação do processo de trabalho no capítulo VII de *O Capital* também possibilitou uma interpretação da teoria da história de Marx como determinada pelos meios de trabalho. No entanto, em *O Capital*, os meios de trabalho não aparecem em nenhum momento como determinantes, mas como indicadores e como medidores do desenvolvimento social. Portanto eles mostram, evidenciam as condições sociais do trabalho – incluindo as relações de produção - e permitem comparar diferentes épocas econômicas, mas não as determinam. É preciso lembrar que na *Introdução para a crítica da Economia Política* e nos *Grundrisse*, os modos de produção são diferenciados explicitamente pelas relações de produção. Marx não se refere a épocas dos instrumentos de produção, mas a formas de extração de trabalho excedente e de propriedade.

Como no caso das forças produtivas, ao tratar das relações sociais de produção, Marx parte da reprodução material dos homens. No processo de se reproduzir materialmente os homens, se apropriam da natureza; “Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade” (Marx, 2011: 43).

No trabalho como processo de apropriação, o homem submete os elementos da produção ao seu controle de acordo com uma finalidade. Mas a questão da apropriação se torna mais complexa se considerarmos uma dimensão ineliminável da reprodução material dos homens: o fato de que é somente pela cooperação dos diversos indivíduos, que desta forma estabelecem relações e conexões entre si, que se realiza a atividade de produção. Em outras palavras, a apropriação da

natureza pelos homens se dá por meio de relações de produção.

Cabe agora estabelecer qual o modo de relação entre as forças produtivas e as relações de produção na teoria da história de Marx. A interpretação do materialismo histórico como um determinismo tecnológico postula, no que se refere à tese da determinação pela base, uma relação de antecedência necessária, única e exaustiva entre as forças produtivas e as relações de produção.

Mas a relação de antecedência temporal das forças produtivas com respeito às relações de produção é contrária à análise que Marx faz da gênese das relações de produção e das forças produtivas capitalistas. As relações de propriedade e a exploração capitalistas antecedem o surgimento da manufatura e da maquinaria moderna como formas dominantes da produção. Marx afirma explicitamente que a mudança no modo de produzir ocorre após o surgimento das relações capitalistas (Marx, 2013: 262). Deste modo, o surgimento de novas forças produtivas no capitalismo é, ao menos em parte, uma consequência da subordinação do processo de trabalho à produção de mais-valia, isto é, as relações de produção capitalistas.

Observar somente a influência das relações de produção sobre as forças produtivas mantém a relação de antecedência necessária entre forças produtivas e relações de produção, apenas invertendo os termos do determinismo tecnológico⁵. As forças produtivas também influenciam as relações de produção. É certo, por exemplo, que a relação de exploração, da propriedade sobre o trabalho excedente por parte de outros que não trabalham, supõe certo desenvolvimento da produtividade na produção de meios de subsistência (Marx, 2008: 1041)

Na produção capitalista, as forças produtivas vão modificando as relações de produção. Marx descreve o processo de subsunção real do trabalho ao capital, no qual se modificam as relações de posse. Com a divisão manufatureira e com a maquinaria se consolidam relações de produção tipicamente capitalistas, que vão além da relação de propriedade e atinge a dimensão da posse dos instrumentos de produção pelo capital (Marx, 1985: 92). Da mesma forma, a relação de produção capitalista supõe a dissolução dos laços entre os produtores e os meios de produção; mas essa dissolução só é possível com um artesanato urbano desenvolvido (Marx, 2011: 418).

Deste modo a relação entre forças produtivas e relações de produção não é de antecedência necessária em qualquer direção, mas sim de determinação

⁵ Esse tipo de inversão pode ser encontrada, por exemplo, em Bettelheim: "In the combination of productive forces/production relations, the latter play the dominant role by imposing the conditions under which the productive forces are reproduced." (Bettelheim, 1975: 91)

recíproca. Determinadas forças produtivas modificam as relações de produção, cuja reprodução por sua vez modifica as forças produtivas. Trata-se de uma relação dinâmica em que se desenvolvem mutuamente as forças produtivas e as relações de produção por sua reprodução e modificação de seu caráter.

Se em *O Capital* e nos manuscritos preparatórios essa relação de determinação recíproca está presente na análise do desenvolvimento do capitalismo, em *A Ideologia Alemã* ela já estava presente em afirmações de caráter mais generalizante: “A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio de necessidade vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classe sociais e são, por sua vez, condicionadas por elas em seu modo de funcionamento” (Marx & Engels, 2007: 31).

A relação de determinação recíproca decorre da natureza das forças produtivas e das relações de produção. Conforme pode se observar a partir das duas categorias, tanto as forças produtivas como as relações de produção são aspectos do processo social de produção e desse modo, formam uma unidade.

Essa constatação da relação entre forças produtivas e relações de produção como determinação recíproca, permite entender a correspondência e a contradição que Marx assinala como as formas de relação entre forças produtivas e relações de produção. Se, por um lado, na sua reprodução, as relações de produção reforçam o desenvolvimento das forças produtivas e, por outro, o desenvolvimento destas permitem a reprodução ampliada das relações de produção, então há uma relação de correspondência na interação dinâmica e complexa entre as forças produtivas e as relações de produção. Observe-se, incidentalmente, aqui que se trata de uma relação dinâmica, sendo a correspondência entre forças produtivas e relações de produção um processo que contrasta com a estática associada ao equilíbrio entre forças produtivas e relações de produção⁶.

Mas essa relação de correspondência se transforma em seu contrário à medida que o processo de desenvolvimento das forças produtivas e reprodução das relações de produção prossegue: a reprodução das relações de produção, ao modificar a própria natureza das forças produtivas, se torna um obstáculo para o desenvolvimento das mesmas.

Esse aspecto é constantemente assinalado como sendo a contradição entre forças produtivas e relações de produção. Mas esse é apenas um aspecto da contradição entre forças produtivas e relações de produção; aqui a determinação recíproca também é válida, pois não apenas a reprodução das relações de produção entrava o desenvolvimento das forças produtivas, como estas também se

⁶ A interpretação da correspondência entre forças produtivas e relações de produção como equilíbrio se encontra em Bukharin (1925) capítulo V, por exemplo.

tornam um obstáculo para a reprodução das relações de produção.

A substituição da antecedência necessária pela determinação recíproca, por si só, já conteria argumentos suficientes para eliminar a tese da determinação pela base do materialismo histórico. No entanto, é preciso assinalar que as outras dimensões em que se define a tese determinista também são equivocadas. Tome-se a existência de um vínculo único entre dois estados do mundo; isto é, a tese de que a um dado estado das forças produtivas está vinculado um único conjunto de relações de produção.

Na verdade a relação entre forças produtivas e relações de produção parece ser mais complexa e há um motivo para isso. Em vários momentos Marx indica que a existência de determinadas relações de produção parecem depender não apenas das forças produtivas herdadas do período anterior, mas também de uma dinâmica interna das relações de produção⁷. Assim um determinado conjunto de forças produtivas pode se vincular a diferentes relações de produção, dependendo da dinâmica própria destas. Mas isso não significa, por outro lado, que para um dado estado das forças produtivas seja possível qualquer relação de produção; as relações de produção supõem não só um conjunto determinado de relações progressas, mas também as condições estabelecidas pelas forças produtivas pré-existentes.

Esse é um ponto fundamental, pois se a relação entre forças produtivas e relações de produção é de determinação recíproca, o momento predominante cabe às forças produtivas. Isso decorre de que as relações de produção na sua forma mais primitiva se dão em uma base material preexistente estabelecida pela natureza, os recursos da terra e da corporeidade do homem (Marx & Engels, 2007: 87).

A cada momento, portanto, as forças produtivas previamente existentes constituem uma base material para as relações de produção, que dá a continuidade ao longo da história. Mas seu papel como momento predominante é o de condicionante, limitador de possibilidades, e não o de determinante, impositor de uma necessidade única e inexorável.

A determinação recíproca entre forças produtivas e relações de produção não é o suficiente para negar uma teoria determinista da história. Em uma explicação funcional, de natureza teleológica, pode se afirmar que as relações de produção

⁷ Marx aponta, por exemplo, que a escravidão e a servidão são produtos de formas de propriedade anteriores: “Escravidão e servidão são por isso apenas desenvolvimentos posteriores da propriedade baseada no sistema tribal. Elas necessariamente modificam todas as suas formas. É na forma asiática onde elas menos podem se realizar” (Marx, 2011: 404); da mesma forma Marx aponta a ‘relação corporativa medieval’ como uma condição para o surgimento das relações capitalistas, seu embrião em uma forma limitada (Marx, 1985: 98).

capitalistas surgem para desenvolver as forças produtivas⁸. Nesta interpretação a origem da contradição e correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção estaria no desenvolvimento das forças produtivas. Este, por sua vez, teria um caráter linear e teleológico, seguindo etapas necessárias em um desenvolvimento autônomo.

Se a natureza social das forças produtivas e a influencia das relações de produção sobre estas são suficientes para negar o seu desenvolvimento autônomo, a apresentação do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, realizada por Marx, está em confronto direto, em diversos momentos, com a tese da linearidade.

Em diversos momentos Marx observa que as categorias que compõem as forças produtivas capitalistas em sua forma mais simples surgem inicialmente em períodos precedentes da história. No entanto, fica a questão de porque elas não tomaram sua forma mais desenvolvida antes do capitalismo. Em *O Capital*, Marx parece indicar que a forma plenamente desenvolvida da maquinaria é resultado da manufatura. A partir dessa e outras indicações de Marx sobre a relação entre a manufatura e a maquinaria se elabora a interpretação de que o desenvolvimento das forças produtivas seria autônomo – só depende de seu estado anterior – e linear – o estagio de desenvolvimento das forças produtivas representado pelo uso da máquina é sempre e necessariamente precedido pela manufatura em sua forma mais desenvolvida.

Mas se tal precedência da manufatura é necessária para o surgimento da maquinaria em sua forma mais desenvolvida, ela é apenas a base material – o que, portanto, não elimina a atuação do componente das relações de produção sobre a transformação das forças produtivas como indicado anteriormente – e pressupõe também a maquinaria na sua forma mais simples (Marx, 2013: 422-423).

A não linearidade do desenvolvimento das forças produtivas é um aspecto da teoria da história de Marx que já estava presente em *A Ideologia Alemã*, referindo aqui ao desenvolvimento histórico mais longo e não apenas ao capitalismo. Nesta obra Marx observa que o desenvolvimento das forças produtivas comporta regressões e desenvolvimento desigual no plano mundial.

Em resumo, pode-se perceber que Marx observa que o desenvolvimento das forças produtivas, a despeito de realizar a tendência a diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução material, não acarreta em uma “melhoria” ou

⁸ Para Cohen (1978: 178) a antecedência das forças produtivas é explanatória e não histórica; as relações de produção são explicadas porque tem como efeito o desenvolvimento das forças produtivas.

“progresso” unilateral, dado seu caráter contraditório. É fundamental observar que esse caráter contraditório do desenvolvimento das forças produtivas já estava presente em *A Ideologia Alemã*. Nesta obra Marx nota os aspectos negativos do desenvolvimento capitalista, não podendo se atribuir a ele já em 1845 uma teoria linear do “progresso” no sentido de uma sucessão de estágios unilateralmente melhores.

Se o “paradigma” da teoria da história de Marx em *O Capital* está presente, em *A Ideologia Alemã* se encontra uma afirmação metodológica de caráter sintético no mesmo sentido:

Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Se separadas da história real, essas abstrações não tem nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual épocas passadas podem ser classificadas (Marx & Engels, 2007: 95).

Assim, não há filosofia da história em Marx porque a história não pode ser derivada de princípios abstratos. Não se trata de uma contraposição de uma filosofia da história idealista – história como desenvolvimento da consciência - e uma materialista - história como desenvolvimento das forças produtivas - esta última supostamente presente em Marx

Uma teoria da história em Marx, presente desde *A Ideologia Alemã*, pode ser resumida nos princípios de que as forças produtivas são sociais, de que relações de produção e forças produtivas se determinam reciprocamente e que o papel das forças produtivas como momento predominante é apenas o de condicionante, de limitador de possibilidades.

Bibliografia

- BETTELHEIM, C. (1975). *Cultural Revolution and industrial organization in China: changes in management and the division of labour*. Monthly Review Press.
- BUKHARIN, N. (1925). *Historical Materialism: a system of sociology*. New York, International Publishers.
- COHEN, G. (1986). *La Teoria de La Historia de Kart Marx*. Una Defensa. Madrid: Siglo Veintiuno editores.
- KOHAN, N. (1998). *Marx en su (tercer) mundo: hacia un socialismo no colonizado*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

- MARX, K. (1978). *Para a Crítica da Economia Política*. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (1985). *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes.
- _____ (2008). *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3, 2 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2009). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____ (2011). *Grundrisse* - manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____ (2013). *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1998). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____ (2007). *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____ (2011). *A Sagrada Família* ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo Editorial.